

24 ABR 1974

Brasília

Comissão do Distrito Federal na Câmara

O deputado arenista Siqueira Campos anunciou ontem que vai apresentar projeto de resolução dispondo sobre a implantação, na Câmara, de uma Comissão do Distrito Federal, tendo incumbido a Assessoria Parlamentar de estudar a fórmula de concretizar a sua pretensão. Tais estudos definirão, entre outras coisas - inclusive atentando para o fato de que a questão poderá ser incorporada pela reforma regimental pretendida pela atual Mesa - se a Comissão pode ser permanente ou especial.

Uma comissão permanente do Distrito Federal já funcionou na Câmara de 1962 a 1967, tendo sido mantida, entretanto, a do Senado, cuja atuação é criticada por representantes do próprio partido majoritário, que há quatro anos tem a presidência daquele órgão. No entender de muitos Parlamentares, o retorno da Comissão à Câmara poderá contribuir para uma fiscalização mais efetiva do Congresso à administração do DF.

É o próprio deputado Siqueira Campos que

argumenta: "Aqui se discutirão os problemas de Brasília com muito mais sentido popular, e faremos repercutir muito mais intensamente os debates das questões de interesse da capital".

Para o representante goiano, entretanto, a "Comissão do DF na Câmara seria apenas uma compensação preliminar" para o fato de Brasília não ter uma Assembleia Legislativa nem estar representada no Congresso. Entende mais que os debates que viessem a ser suscitados na Comissão se encarregariam de mostrar a necessidade da existência de uma representação política própria na capital do País.

Uma das causas da aparente frigidez da população de Brasília é a falta de motivação que a participação política enseja. O povo do Distrito Federal não pode continuar recebendo por outorga as decisões que influem no seu destino sem que possa participar da menor forma na formulação das mesmas.

Siqueira Campos manifestou-se, por fim, contrário

à tese defendida pelo ex-líder do MDB na Câmara, Aldo Fagundes - inclusive através de um projeto - no sentido da criação de um Conselho Comunitário, de Brasília, constituído por representantes de várias entidades, que defenderiam, junto ao Governo, os interesses da população local.

O Deputado arenista salientou que é contrário ao Conselho "e qualquer outra fórmula que constitua inovação no quadro político-institucional do País".

O deputado Antônio Mariz, também da Arena, é igualmente favorável a uma representação direta do povo de Brasília no Congresso e através de uma Assembleia Legislativa. Acha o Parlamentar paraibano que, como a Câmara representa a nação, não devem os 200 mil eleitores do Distrito Federal ficar privados do direito de eleger seus Deputados, pois o DF constitui parcela territorial - e das mais importantes - da nacionalidade. Admite, porém, que o seu status político não é o mesmo dos estados, e por isto não deve ter representantes no Senado.